CBH-AT

COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO ALTO TIETÊ
Rua Riachuelo, 115 - 4º andar s/418 - Tel. 605-2642 - São Paulo

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CBH-AT

DATA: 14/12/94
LOCAL: SRHSO - ADESG
HORÁRIO: 10 HORAS

A abertura da reunião é realizada pelo presidente do CBH-AT, prefeito Helio Rubens Figueiredo, de Itapecerica da Serra, que convida o prefeito Paulo Tokuzumi, de Suzano, para compor a mesa. Havendo quorum regimental, solicita ao Engº Paulo Bezerril, Secretário Executivo do CBH-AT, que faça as comunicações da Secretaria. O secretário executivo do CBH-AT, Engº Paulo Bezerril notifica que, a formação do CBH-AT foi formalizado no Diário Oficial de 18 de novembro de 1994. Foi publicado o Edital de Convocação da Sociedade Civil, no Diário Oficial do dia 19 de novembro de 1.994. Faz a leitura da reivindicação dos representantes da Sociedade Civil, que solicita a inspeção técnica à Usina Henry Borden, tendo como objetivo verificar a quantidade de água turbinada. Acrescenta que em seguida, o representante da ELETROPAULO, Engº Sidney Simonaggio, fará uma explanação sobre o tema. É registrada a moção da Câmara Municipal de Mogi das Cruzes solicitando isenção, para os pequenos irrigantes e para as áreas alagadiças, do pagamento pelo uso da água, salientando que o assunto não deveria ser tratado naquela reunião, já que desta forma estariam se antecipando aos estudos que deverão determinar, de maneira mais aprofundada, o melhor modo de se realizar tal cobrança. Discorre também sobre a aprovação, no dia anterior, às 22 horas, pelo Senado Federal, à lei que cria o Plano Nacional de Saneamento. A lei aguarda agora a sanção do Presidente da República.

O Engº Sidney Simonaggio, representante da ELETROPAULO, é convidado a explicar a questão do uso da Usina Henry Borden.

Primeiramente salienta que sua explanação tem por objetivo nivelar o conhecimento dos participantes da reunião, e inicia explicando que a represa Billings, juntamente com o reservatório do rio das Pedras, apresenta uma produção natural média, ao longo de um ano, de 14 m^3/s, sendo a capacidade máxima de turbinamento da usina Henry Borden, de 153 m^3/s, o que não vem sendo praticado. O bombeamento que se fez para controle de enchentes, nesses dois anos demonstrou que se bombeia em torno de 8% da vazão afluente do rio Tietê, que corresponde a 6 m^3/s. A usina Henry Borden, dispõe hoje de 20 m^3/s para gerar energia elétrica, enquanto que a produção máxima necessita de um total de 153 m^3/s. A energia firme que pode ser produzida na bacia do Alto Tietê é de 92 m^3/s, sendo necessário para tanto o bombeamento total das águas rio Tietê. Já os 20 m^3/s são possíveis de utilização apenas para produção da própria bacia do Billings e do rio das Pedras, mais o bombeamento para o controle de cheia. Com o agravamento da estiagem que se prolongou até o mês de novembro, começou a faltar água para o abastecimento público, assim como para a geração de energia. Tendo a afluência no sistema interligado Sudeste chegado a 40% da média da MLT, parou de existir o excesso de energia que possibilitava a operação da usina Henry Borden com 20 m^3/s. A usina Henry Borden faz parte, de um contexto nacional onde se faz necessário o aumento da geração de energia, sempre que o sistema interligado passar por períodos críticos, como o atual. Esse aumento foi solicitado em 24 de outubro, próximo passado, pela ELETROBRÁS, órgão federal responsável pela operação do sistema interligado Sul-sudeste. Tendo em vista essa solicitação a ELETROPAULO procedeu algumas análises do armazenamento do reservatório para verificar se haveria quantidade de água suficiente para a geração maior que 20 m^3/s, apresentando aos senhores Secretários envolvidos com o assunto, um plano para elevação da geração para 35 m^3/s de média mensal, sendo 42 m^3/s em dias normais e 8 m3/s nos fins de semana. A ELETROPAULO apresentou esta proposta, considerando que no período chuvoso poderá proceder o enchimento do reservatório. Esse aumento do turbinamento de 20 m^3/s para 35 m^3/s até 31 de dezembro,

deplecionaria a represa Billings, que chegaria, na pior das hipóteses, à 60% de sua capacidade. Ao final do ano reavaliara-se as condições hidrológicas e energéticas do sistema para se decidir qual estratégia deverá ser adotada à partir desta data. Foi constatado, em 15 de dezembro, que as condições se apresentavam mais favoráveis do que se previa, com a represa contando com 71% de sua capacidade de armazenamento. E finalizando a explanação, acrescenta que a visita à usina Henry Borden é liberada a todos, desde que acertada com o setor de Comunicação Social da ELETROPAULO. Coloca-se então, à disposição para responder as perguntas dos presentes.

O Sr. Virgílio Alcides de Farias, representante do Movimento de Defesa da Vida, afirma que existe uma decisão judicial que não permite que a represa Billings forneça mais água para geração de energia do que sua capacidade, e pergunta: "O que estamos fazendo aqui se os Secretários de Estado se reunem e fazem o que querem? - O que é mais importante: gerar energia ou proteger o manancial?" A questão econômica é colocada como sendo mais importante do que a social, e que a resolução nº 3, de 04/10/92, não tem sentido, na medida em que visa atender a geração de energia das indústrias de Cubatão. Pede então "transparência", solicitando maior acesso aos reservatórios de Traição e Pedreira, e pedindo mais respeito para as entidades ecológicas.

O Presidente do CBH-AT, lembra que esta é a primeira reunião do CBH-AT, e que não é função deste impor soluções a ninguém, mas sim trabalhar procurando conciliar posições antagônicas, já que seu espírito fundamental é a democracia.

O Secretário Municipal do Meio Ambiente, Sr. Werner Zulauf, pergunta quanto dos 20 m^3/s, é produzido pela bacia, e quanto é fornecido pelo bombeamento.

Responde o representante da ELETROPAULO que, da média anual, 14 m^3/s constitui produção natural e 6 m^3/s são produzidos pelo bombeamento. Comenta também a colocação do Sr. Virgílio, dizendo que a sentença do juiz, que proibe o uso de turbinamentos superiores, tem finalidade bastante específica, qual seja evitar a intrusão da cunha salina (ítem 5 da resolução conjunta SMA-SES, nº 03/92 de 04/10/92). Afirma ainda, que a energia que está se gerando na usina Henry Borden não é decidido pela ELETROPAULO, mas sim por três Secretarias: do Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Saneamento e Obras e Energia, e que tem finalidade de produção de energia para evitar o racionamento. Quanto a questão das visitas à usina Henry Borden, destaca que estas devem obedecer a uma rotina de procedimento formal como qualquer outra empresa, e que o Departamento de Comunicação Social da ELETROPAULO deve ser procurado para agendar possíveis visitas.

Perguntando se mais alguém deseja colocar algo sobre esta questão, o Presidente do CBH-AT convida o Sr. Mario César Mantovani, Vice-Presidente do CBH-AT e representante da Sociedade Civil, a fazer parte da mesa.

O Sr. Mantovani diz que a questão da visita é interessante para que se entenda o funcionamento do sistema, e deve ser garantida como atividade do CBH-AT, acrescentando que a ELETROPAULO deve criar condições para visitas técnicas.

Dando prosseguimento à reunião, o Presidente do CBH-AT propõe inversão da ordem da pauta, para que todos tenham o mesmo tipo de informação, e propõe discutir primeiramente o chamado "Planão", sobre as bacias do Alto Tietê, Baixada Santista e Piracicaba, elaborado HIDROPLAN, para posteriormente discutir as formação das câmaras técnicas.

Sendo aprovada por votação a inversão da pauta, o Presidente do CBH-AT solicita a presença do representante da HIDROPLAN, Engº André Luis de Barros, para apresentar o atual estágio dos trabalhos. O Engº André Luis apresenta os cenários demográficos sobre o qual estão trabalhando,e o quanto falta para o término dos trabalhos, acrescenta que as cópias xerox do material apresentado serão distribuídas ao final da reunião. Fala das demandas sobre os recursos hídricos, e aborda estudos sobre a represa Billings e alternativas de soluções integradas, afirmando que a primeira alternativa seria a de não jogar água do rio Pinheiros na represa, mas, em função dos altos custos que representaria para a comunidade, não será recomendada, e que a empresa está no momento concentrada em soluções emergenciais para o problema do abastecimento. Afirma que já

foram entregue ao contratante relatórios parciais (foram realizados quatro relatórios trimestrais sobre o andamento dos estudos). O relatório Tietê-Sorocaba já está em vias de conclusão, sendo que o manual de custos será entregue brevemente, o que irá auxiliar na escolha da melhor solução. Fala dos encontros e eventos já realizados, onde foi apresentado como seriam desenvolvidos os trabalhos da HIDROPLAN durante o ano. O primeiro encontro foi realizado em dezembro de 1993, na Escola Politécnica, onde foram expostas as diretrizes básicas do plano. Muitos outros eventos importantes foram realizados, inclusive em outras bacias, tais como, Piracicaba, Cubatão, entre outras, tendo sido criada uma comissão de órgãos do Estado, para acompanhamento dos trabalhos da HIDROPLAN. Afirma que, no início houve uma integração muito forte com os técnicos do PROJETO TIETÊ, no sentido de entender o que se pretendia em relação à recuperação das águas do rio Tietê, pois sem este procedimento não haveria a possibilidade de uma solução integrada. As reuniões realizadas tiveram patrocínio do PROJETO TIETÊ, envolvendo posteriormente a CETESB, a Secretaria do Meio Ambiente, e a própria SABESP. Em março de 1993, foi realizado, no Instituto de Engenharia, um seminário que contou com expressiva participação da sociedade civil, onde foram abordados os conceitos em relação aos cenários demográficos e de demanda de água. No mês de junho/93 foram iniciados os trabalhos da sub-comissão do CONSEMA, para operação hidráulica da represa Billings, da qual a HIDROPLAN participou, na sub-comissão de acompanhamento do "Planão". Respondendo ao convite do Consórcio Integrado Tamanduateí-Billings, a HIDROPLAN participou da Semana SOS Billings, em Santo André, estando ainda presente em outros eventos em Piracicaba, Jundiaí, Campinas e Cubatão, onde procurou mostrar sua posição de maneira clara. Apresenta o cronograma para a conclusão dos estudos, acrescentando que o prazo contratual é de 16 meses, e que a HIDROPLAN está terminando alguns documentos específicos, inclusive o estudo do sistema Tietê-Sorocaba. O relatório do plano preliminar deve ter o término em meados de março, dando idéia das primeiras alternativas que a HIDROPLAN considera razoáveis e, além disso, no momento que houver um consenso em relação a essas medidas, a minuta do relatório será formatada. Menciona que todos esses dados foram cuidadosamente elaborados numa interação com a SEADE, UNICAMP e EMPLASA, e que a própria sistemática do plano permitirá que se corrijam eventuais distorções. A filosofia do plano é a de que se chegue a um consenso, e que se forneça alternativas ao Consórcio de atendimento às demandas, que serão corrigidas com o tempo. Essa metodologia é muito própria e atende ao que estabelece a decisão contida na Lei 7663. A atuação mais forte deverá ser sobre as demandas, sendo que deverão ser estudadas ações não estruturais que possam levar, a médio e longo prazo, à solução destas. Em relação às perdas físicas, é possível que se chegue ao ano de 2020 com uma economia de 10%, sendo este um ideal a ser perseguido, não devendo ser abandonado este esforço pela economia. A represa Billings é, com certeza, o grande manancial do futuro da Região Metropolitana de São Paulo, dependendo apenas da conciliação dos diversos interesses. A questão é quando será viável e como. A represa Billings está sendo estudada de forma integrada a todo o sistema Hídrico Tietê. Quando do seminário da CETESB, a HIDROPLAN apresentou todas as alternativas que considerava viáveis para o aproveitamento desta represa. Essas alternativas já estão quantificadas, sendo que, dentro de 10 dias, serão concluídas as simulações do sistema Hídrico do Alto Tietê. Nesta situação estimamos a produção dos diversos reservatórios, com as opções de bombeamento ou não, e quais as vazões que podem ser bombeadas para a represa Billings com finalidade de geração de energia e para abastecimento público. Estão sendo estudados os custos destas alternativas, sendo que alguns estudos já estão concluídos. A HIDROPLAN já tem uma primeira conclusão - a chamada "Alternativa 1" - que é a de bombeamento nulo das águas do Tietê-Pinheiros para a represa Billings, mas que não deverá ser recomendada, já que compromete a qualidade do Médio Tietê, representando ainda um custo adicional para controle de cheias, da ordem de U$ 700 milhões, com a necessidade de rebaixamento da calha do rio Tietê (Projeto Promon). Este rebaixamento implicaria numa grande obra na cidade de São Paulo, com o rio Pinheiros devendo ser alargado e aprofundado, e com mudança de local de interceptadores de esgoto e dutos de cabos

elétricos, o que transformaria a nossa cidade num grande canteiro de obras, durante anos. Explica que a escolha da " Alternativa 1" representaria também uma diminuição de receita, pela geração de energia da usina Henry Borden, de cerca de US$ 340 milhões ao ano, e mais a necessidade de se substituir essa geração de energia por outras fontes, com custo aproximado de US$ 2 bilhões. A HIDROPLAN está fazendo a simulação da qualidade de água a ser bombeada em função do PROJETO TIETÊ. O "Planão" foi contratado para responder às seguintes questões: - qual o custo do bombeamento, e quais serão os reflexos na represa Billings, na bacia do Médio Tietê e na bacia do Piracicaba? Os custos somariam os US$ 2 bilhões do PROJETO TIETÊ, mais US$ 2 bilhões para a construção de usinas suplementares para produção de energia, mais a solução da veiculação das cheias do Tietê-Pinheiros, mais US$ 700 milhões do custo do rebaixamento da calha do rio Pinheiros. Finaliza dizendo que, se a sociedade paulistana resolver arcar com esse custo adicional, deverá fazê-lo de maneira consciente. Acrescenta que a HIDROPLAN pode ser questionada e, se o CBH-AT, o Governo do Estado, e a sociedade em geral entenderem ser esta a melhor solução, ela poderá ser acatada. Fala ainda da questão do abastecimento público, no sentido de se procurar uma ação emergencial, já que as obras estão previstas para o ano que vem. A HIDROPLAN fez simulações de operações dos reservatórios, e chegou a conclusão semelhante à da SABESP, ou seja, de que existe necessidade de recursos emergenciais para o sistema Alto Tietê e, principalmente, para o sistema Guarapiranga. Mostra transparência com a ordem decrescente de volumes armazenados nesses reservatórios, que eram, em setembro, de 33% no Alto Tietê, 38% no sistema Guarapiranga, 48% no sistema Cantareira, e assim por diante. A solução mais imediata seria a de se utilizar as águas da barragem de Ponte Nova, onde não seria necessário fazer nenhum investimento de porte. A captação de 2 a 2,5 m3/s seria feita a montante do município de Mogi das Cruzes, onde a água é de boa qualidade, e enviada para a barragem de Jundiaí. Deste local, a água viria para o reservatório de Taiaçupeba, e para a estação de tratamento da SABESP já concluída, que daria um substancial reforço para o sistema do Alto Tietê. Parte desta vazão poderia ser direcionada para o sistema Guarapiranga, através de uma adequação do sistema condutor metropolitano (1,5 m3/s). Nos estudos já realizados, a HIDROPLAN identificou um traçado que tem possibilidade de levar a água da represa Billings para a represa de Guarapiranga, não sendo porém recomendado, por causa da qualidade da água. A HIDROPLAN recomenda então, que se aprofunde esta questão do tratamento da água da represa Billings e, se possível, utilizando-se carvão ativado. Afirma que está havendo o racionamento da oferta de água, mas não a racionalização do consumo, racionalização esta que diminuiria o período de racionamento. Salienta, que é aconselhável o prosseguimento e até mesmo ser aumentado o racionamento até que se tenha a certeza da capacidade de recuperação dos volumes dos reservatórios, apesar de politicamente desgastante. A própria SMA já se adiantou nesse assunto, e está propondo câmaras técnicas. Encerra a exposição do "Planão", dispondo-se a responder às questões dos presentes.

O Sr. Virgílio de Farias , representante da Sociedade Civil , pergunta então se o uso das águas da represa Billings tem como prioridade abastecimento público?

O representante da HIDROPLAN responde que a tendência da represa Billings é a de ser o manancial mais importante de São Paulo, na medida que os esgotos forem tratados, sendo esta uma questão tecnológica e não filosófica.

O Engº. Darcy Andrade de Almeida, representante do Instituto de Engenharia, diz que o CBH-AT, na sua opinião, devem influir para que estes estudos tenham recursos que permitam a continuidade do programa e para que sejam dadas condições para que a HIDROPLAN termine os trabalhos até junho.

O Sr. Mantovani, Vice-Presidente do CBH-AT, afirma que não se pode deixar parar esse Plano de Recursos Hídricos, e propõe que as propostas aprovadas pelo CONSEMA, no encontro realizado na Escola Politécnica, sejam incluídas no projeto da HIDROPLAN. Fala também sobre o problema da Empresa Manikraft, situada no município de Suzano, que se localiza dentro da

área da barragem de Taiaçupeba, e o contamina com seus resíduos tóxicos. Diz ainda que o CBH-AT deveria exigir a saída desta empresa do local, o que seria uma medida de bom senso.

A seguir, o Secretário da SRHO, Engº Antonio Felix Domingues, afirma que se considera realizado por ter conseguido implantar o CBH-AT na atual gestão, o qual tem a tarefa de manter e avançar as conquistas obtidas pela Lei 7663. Ressalva que as grandes contradições entre a preservação ambiental e o desenvolvimento econômico estão localizados na área desta bacia, onde ocorre a atuação deste CBH-AT. Concorda com o Sr. Mantovani, e acrescenta que a Manikraft afronta o poder público há anos, e que, na última reunião nesta SRHSO sôbre as questões envolvendo recursos hídricos, foi apresentada uma proposta, do prefeito de Suzano, de se fazer um "poulder", que deixasse a Manikraft no centro do reservatório. Foi recusado tomar esta medida, e diz ainda que o Estado já está fazendo o pagamento da ação de desapropriação da área, pagamento este que será efetuado em 24 meses. Apesar disto, soube-se que a Manikraft está investindo em obras no terreno em questão, e por isso, a sociedade civil e os órgãos governamentais devem agir de maneira firme, para que a empresa seja obrigada a sair do local, assim que o pagamento for efetuado.

A seguir, o Sr. Marcos Gorelik Ajzemberg, representante da ABES, afirma estar perplexo com a reunião, dizendo-se contra a chamada "Alternativa 1", mas que não entendeu porque as outras alternativas à serem consideradas não foram apresentadas pela HIDROPLAN. Pergunta ainda se houver obras, qual é a posição da SABESP sobre o assunto da água na região metropolitana. Diz também que gostaria discutir o programa de trabalho, já que não vê onde vai chegar.

O Presidente do CBH-AT, coloca que a principal função do CBH-AT é conciliar opiniões e divergências, e articular soluções para que se possa caminhar numa única direção.

Respondendo às questões do Sr. Marcos, o representante da HIDROPLAN diz que as outras alternativas ainda não estão prontas para serem apresentadas, mas que isto acontecerá nas próximas reuniões. Diz também que a HIDROPLAN tem se pautado pela transparência, e que a SABESP participou das reuniões em outros grupos de trabalho.

O Secretário Executivo do CBH-AT, diz que, nesta primeira reunião, a presença da HIDROPLAN tem por objetivo levar ao conhecimento de todos sôbre o que está sendo realizado, e que esta não é uma reunião decisória. O CBH-AT tem, no momento, um mês e três dias, e o que deve ser decidido hoje é a formação das câmaras técnicas, para que se inicie o trabalho efetivo do CBH-AT.

O Prefeito Paulo Tokuzumi, de Suzano, afirma que há vinte anos discute-se a saída da Manikraft, juridicamente, da área do reservatório. O fato é que ela está lá, e o processo jurídico vai demorar muito. A sugestão que ele apresentou em reunião anterior não foi de que a empresa continuasse dentro do lago do reservatório, mas sim de que fosse feito as obras para propiciar a elevação de mais dois metros na cota do reservatório, e a água pudesse chegar até o pé da empresa, sem que ela ficasse inundada. Seria feita uma obra de alteamento da pista, com um custo da ordem de US$ 700 mil, e mais uma obra para favorecer o aumento da capacidade de armazenamento da barragem de Taiaçupeba, para que não se perca tanta água em época de cheia. A capacidade de armazenamento deste reservatório está em torno de 90 milhões de m3, e que hoje pode-se reservar em torno de 24 milhões de m3 de água. Para a reservação chegar na cota máxima, dever-se-ia, nos 180 dias propícios para armazenamento - entre outubro e abril - reservar 3 m3/s, o que ele considera impossível. Esta obra poderia ser feita pela própria Manikraft, e que assim, em vez de se perder água na época das chuvas, seria possível reservar 1,4 m3/s. Afirma ainda que, mais prejudicial do que a presença da empresa Manikraft no local, é, em sua opinião, a lei de proteção dos mananciais, pois os municípios não sabem quem é responsável pela manutenção da lei. Hoje, caminhões carregados com lixo industrial tóxico, lançam sua carga na bacia, onde está a barragem de Taiaçupeba. Isto, no seu entender, prejudica mais do que a Manikraft. As invasões que ocorre na área destinada à inundação da represa, dentro de pouco tempo, vai-se criar um outro problema

social. Diz ainda que a CETESB é o órgão que deve controlar os efluentes da Manikraft e atestar se a empresa é ou não poluidora. O que ele solicita, é que se viabilize o armazenamento de água nos próximos anos na barragem de Taiaçupeba. Pergunta então aos técnicos da HIDROPLAN sobre a captação a montante de Mogi das Cruzes, e diz que eles devem considerar o crescimento populacional, pois atualmente 50% da população do seu município não conta com rede de água. Pergunta ainda se, com a construção da barragem de Biritiba Mirim, que forneceria mais 1,6 m3/s, a captação na represa de Ponte Nova seria prejudicada.

O representante da HIDROPLAN responde que, se entendeu a pergunta, ele deseja saber se a vazão que se está aduzindo poderia ser aumentada. Explica então que, quando a HIDROPLAN procurou identificar obras emergenciais, aquelas a serem feitas hoje, isto é, aquelas que logo estariam contribuindo para o abastecimento público, chegou-se a conclusão de que não haveria a possibilidade de aumentar a vazão. Partiu-se então para um segundo estágio, que seria o de identificação das obras de ação imediata, que pudessem ser realizadas hoje e produzissem seus efeitos já na estiagem do ano que vem. Dentro deste enfoque é que foi determinada esta vazão de 2,5 m^3/s. Se houver aumento nesta vazão, a obra deve ser de maior porte, e, por conseguinte, com maior impacto ambiental e investimento duplicado, acarretando até mesmo o bloqueio da estrada vicinal à represa. Evidentemente, se houver recursos para obras de maior porte, seria melhor. Mesmo a barragem de Biritiba-Mirim, que se encaixa nesta qualificação de obra de maior porte, ainda não entrou neste estudo.

Renato Tagnin, representante da SBPC, fala da questão da qualidade da água, dizendo que existem dúvidas e polêmicas sobre os modelos adotados, inclusive pelo órgão financiador. Pergunta então qual seria a confiabilidade e acesso da comunidade científica em relação a esses modelos, e pergunta se estão apontadas medidas efetivas ao longo do tempo, a fim de dar o "start" para as mesmas serem tomadas com o intuito de avaliar a qualidade da água. Afirma ainda que o CBH-AT deveria reivindicar sua participação nas decisões emergenciais em relação à bacia.

O representante da HIDROPLAN responde que, em reuniões anteriores, foi proposto o aprofundamento dos estudos da modelagem da água, e que o modelo é de domínio público, e pode ser consultado a qualquer momento. Diz também, que as informações se encontram no banco de dados, com as equações utilizadas, os modelos adotados em outros países, e qual a sua eficácia. Afirma ainda que a modelagem adotada pode ser acessada a qualquer momento, sendo apenas uma questão de agendar na HIDROPLAN.

O Engº. Joaquim Batista, da HIDROPLAN, complementa que o BID contestou, mas não em relação aos modelos, mas sim em relação à aferição e à calibragem dos mesmos. Diz também que a HIDROPLAN coletou as informações e atendeu as reivindicações feitas por aquele banco, sendo que serão fornecidas alternativas de solução no plano, para que os gestores, juntamente com a sociedade, possam fazer as modificações necessárias. Na sua opinião, o monitoramento deve ser feito sempre, para verificar se as decisões tomadas foram corretas e se continuam válidas, ou se devem ser modificadas.

O Secretário Municipal, Sr. Werner Zulauf, diz que o CBH-AT tem força política, e deve tomar atitudes em relação a determinadas questões. Lê então o rascunho da proposta de deliberação a seguir: "Deliberação do CBH-AT, nos termos do artigo 26 dos Estatutos - em termos enérgicos de repúdio à Instância Judicial em que tramita a questão Manikraft - manifestando a absoluta necessidade da desativação urgente da empresa, para que não se repita, já na próxima estiagem, em proporções possivelmente mais críticas, o racionamento de água da RMGSP. O CBH-AT lamenta a falta de sensibilidade da Justiça, que favorece, até de forma suspeita, a manobras de protelação da saída física da empresa do manancial de Taiaçupeba.

O Sr. Mário Mantovani apresenta uma proposta, ou seja, que as próximas reuniões do CBH-AT sejam realizadas em local apropriado, para que todos os representantes tenham lugar à mesa, e possam ser facilmente identificáveis. Com relação ao Secretário da SRHSO diz que recebeu um convite para participar de uma reunião do CRH e ficou atônito, e está encaminhando a

deliberação à imprensa, lastimando esta deliberação e suas recomendações, principalmente em relação a Capivari-Monos, já que considera esta deliberação fora de hora e oportunista.

O Secretário da SRHSO solicita ao Presidente do CBH-AT que haja ordem na proposições à serem apresentadas. Diz que este foi um assunto tratado no âmbito do CRH, que aprovou esta pauta por unanimidade.

O Sr. Mantovani diz então que lastima, e que considera uma afronta à sociedade.

O Secretário da SRHSO diz que o CRH tem representantes do Estado, dos Municípios e da Sociedade Civil, e acha que esse assunto deve ser discutido no âmbito em que foi tratado. Pede então que o Sr. Mantovani que encaminhe esta reivindicação para o CRH para a próxima reunião, prevista para o dia 20.

O Presidente do CBH-AT, salienta que esteve em uma reunião que tratava da questão do Capivari-Monos, inclusive com a participação do Instituto de Engenharia, e que as questões sociais são muito importantes, inclusive envolvendo uma aldeia indígena. Afirma ainda que estas são questões debatidas há muito tempo, e que ele não acredita serem motivo de uma decisão a curto prazo. Diz ainda que esta questão não está fora de pauta, e essa discussão vai se instalar dentro do próprio CRH.

O Sr. Mantovani, Vice Presidente do CBH-AT, afirma estar fazendo esta intervenção porque acredita que estas iniciativas interferem nas decisões do CBH-AT. Diz que são decisões inoportunas e extemporâneas, e precisam ser discutidas. Ressalta ainda, que seu desejo não é afrontá-lo, mas, como militante, deve acusar o fato de não haver suficiente representatividade da Sociedade Civil no CRH, já que esta tem apenas o direito a um voto.

O Presidente do CBH-AT, coloca então que, à partir do momento em que o CBH-AT foi formado, as decisões tomadas pelo CRH, que afetam o CBH-AT, devem passar por ele, pois de outro modo o CBH-AT não terá representatividade ou função. Além disso, ele acredita não ser esse o interesse do Secretário da SRHSO, nem do CRH.

O Sr. Mantovani concorda com a afirmação, mas solicita que sejam passadas ao CBH-AT estas informações, e afirma que a Sociedade Civil não concorda. Pede então ao Secretário da SRHSO, que lhe sejam cedidas a gravação e a ata da reunião sobre Capivari-Monos.

A Sra. Alzira, representante da Região Sudeste, pede esclarecimentos ao Secretário da SRHSO sobre a resolução conjunta entre a Secretaria do Meio Ambiente, a Secretaria Recursos Hídricos, Saneamento e Obras e de Energia que criou, em 18 de novembro de 1994, um grupo técnico que estuda a ozonização das águas dos rios Pinheiros e Tietê, visando o bombeamento para a represa Billings. Pergunta ainda se o ofício encaminhado pelo Consórcio do Grande ABC a estas Secretarias, solicitando esclarecimentos, já foi entregue e se a HIDROPLAN tem algo a dizer sobre o assunto.

O Secretário da SRHSO responde que esta discussão existe justamente porque algo está sendo feito. Elogia então a iniciativa do Governador Fleury, afirmando não ser fácil encarar uma obra com duração de cerca de 10 anos e fazer dela o tópico central de seu governo, somado a isto a crise econômica. Diz ainda que, com relação à questão da ozonização, existe uma idéia, que está sendo desenvolvida nos Estados Unidos, no Canadá e no Japão. Foi criado um grupo de trabalho para estudar e testar esse recurso, e todo esse trabalho será passado para o grupo. Afirma então, que ainda não tomou conhecimento do documento ao qual a Sra. Alzira se referiu.

O representante da HIDROPLAN acrescenta que participou desse grupo de trabalho, formado por representantes da Secretaria do Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Saneamento e Obras e Energia, e que, posteriormente, passará o resultado desse trabalho para o grupo.

O representante da Sociedade Civil, Sr. Virgílio de Farias, propõe então uma moção de repúdio ao Prefeito Paulo Maluf por prejuízos ambientais. A sugestão desta moção é então desconsiderada, por sugestão do Sr. Mantovani, também representante da Sociedade Civil, por não considerá-la oportuna.

Passa-se então a votação das deliberações.

A primeira deliberação à ser votada é de que o CBH-AT firme uma posição junto ao Governo do Estado, no sentido de que haja uma concentração de recursos para que os programas de estudo da HIDROPLAN em andamento não sejam paralizados, para que o processo não sofra descontinuidade. Proposta aprovada.

A segunda deliberação é sobre a proposta feita pelo Secretário Municipal do Meio Ambiente, Sr. Werner Zulauf, sobre o encaminhamento de documento de moção de repúdio às decisões judiciais que permitem a permanência da empresa Manikraft dentro da área do represa de Taiaçupeba, impedindo que este seja utilizado em sua plena capacidade. Proposta aprovada.

A terceira deliberação é sobre a proposta que trata da visita técnica ao sistema Tietê - Billings pelos membros do CBH-AT, a ser organizada pela ELETROPAULO. Proposta aprovada.

A quarta deliberação é sobre a proposta de que a HIDROPLAN, na próxima reunião, apresente os estudos sobre o sistema Avançado de Tratamento de Água - Ozonização. Proposta aprovada.

A sugestão da moção de repúdio ao Prefeito Paulo Maluf é então desconsiderada, e deve ser colocada no próximo evento na questão do PROCAV.

O Engº Flávio Terra Barth, diretor do DAEE/DRH, esclarece que a composição do CRH está prevista em forma de Lei, mas não o número de votos, já que ainda não foi publicado o decreto que define a paridade de votos entre sociedade e Governo. O CRH já encaminhou a minuta.

É então aprovada a moção do CBH-AT reforçando o documento enviado ao Governador do Estado pelo CRH, para que seja revista a composição, na questão da paridade, de votos no CRH.

O Presidente do CBH-AT encerra a primeira parte da reunião, dispensando os representantes da HIDROPLAN. Passa então, à segunda parte, destinada à formação dos sub-comitês e câmaras técnicas.

Iniciando a segunda parte da reunião, o Presidente do CBH-AT diz que foram distribuídos aos presentes dois documentos: sendo um, a proposta dos municípios, e o outro, a proposta apresentada pela Secretaria Executiva do CBH-AT.

A Secretaria Executiva do CBH-AT propõe a formação de uma única câmara técnica, que seria denominada Integração de Programas e sistemas de Gestão em Vigor no Alto Tietê.

Os municípios propõe a formação de três câmaras técnicas e se colocam contra a criação de sub-comitês neste momento em que o CBH-AT ainda se encontra em fase de estruturação.

Sugere então o Presidente do CBH-AT, que seja primeiramente discutida a proposta relativa à formação dos sub-comitês e pergunta se existe alguma outra proposta neste sentido.

Sr. Mario César Mantovani, representante da Sociedade Civil, concorda em que não sejam ainda formados os sub-comitês, já que considera prematuro devendo ser melhor negociado, inclusive em função das prioridades que o futuro governo deverá assumir. Considera portanto, interessante apoiar a proposta dos municípios nesse momento.

Não havendo novas propostas,o Presidente do CBH-AT coloca em votação a proposta de que não sejam criados sub-comitês nesse momento em função da fase de estruturação do CBH-AT. Proposta aprovada.

Passa-se então à questão das câmaras técnicas, sobre as quais existem duas propostas: a primeira, dos municípios, sobre a criação de três câmaras técnicas, e a da Secretaria Executiva do CBH-AT, sobre a formação de uma única.

O Presidente do CBH-AT solicita ao Secretário Executivo que faça uma explanação sobre as propostas apresentadas.

O Secretário Executivo do CBH-AT diz que a proposta dos municípios já está incluída naquela feita pela Secretaria Executiva do CBH-AT. Passa então a explicar porque foi sugerida a formação de apenas uma câmara técnica, dizendo que a região possui todos os conflitos possíveis sobre o uso da água e muitos estudos já foram feitos por diversos órgãos, tais como: Prefeituras e Sociedade Civil. O que se sugere é a criação de uma câmara técnica que possa abranger todos os segmentos envolvidos e que tenha a duração de dois meses - prazo da mudança de governo - para

que esta proponha ao CBH-AT um plano de trabalho, que leve em conta toda a problemática da área, na medida em que o CBH-AT como um todo não teria a possibilidade de fazê-lo, pelo grande número de participantes e em função da complexidade do assunto. Essa câmara técnica, no seu entender, deveria ser tripartite, apesar desta divisão não estar prevista nos estatutos, sendo composta por seis representantes dos municípios, - um da Capital e cinco de sub-regiões, seis representantes dos diversos órgãos do Estado e seis representantes da Sociedade Civil, incluíndo os movimentos ambientalistas, usuários da água, Sindicatos e entidades de classe. Essa composição é apenas uma sugestão para ser melhor estudada e definida pelo plenário. Existe a possibilidade, inclusive, de se propor, posteriormente, a formação de novas câmaras técnicas, já que, no momento, isto iria prejudicar a organização dos trabalhos.

O Presidente do CBH-AT, pergunta então se alguém tem alguma consideração a fazer a respeito, sendo que os representantes da ABES, da SBPC e da ELETROPAULO já se haviam inscrito.

O representante da ABES, Sr. Marcos Gorelik Ajzemberg, diz que não teve ainda a oportunidade de estudar as propostas apresentadas sobre a formação de câmaras técnicas com seus companheiros da ABES, na medida em que recebeu estas propostas apenas hoje, e por isso sua colocação é de caráter pessoal. Afirma que não concorda exatamente com nenhuma das propostas apresentadas e questiona a validade de se encaminhar uma terceira proposta sobre o assunto. Afirma que considera, pessoalmente, que câmaras técnicas devem tratar de assuntos objetivos e apresenta como sugestão alguns assuntos já tratados na reunião. O primeiro seria o assunto Manikraft, sobre o qual já foram levantadas diversas posições sem que se tenha definido exatamente as razões pelas quais, após vinte anos da existência da barragem de Taiaçupeba, a empresa não tenha sido ainda desapropriada e retirada do local. Ele considera primordial que esse assunto seja esclarecido, sob pena de não ter sentido a existência dos demais plenários. O segundo assunto prático proposto, é chamado Operação represa Billings, e que se aprofunde o entendimento sobre o que está ocorrendo.

O Presidente do CBH-AT, coloca que, apesar dos assuntos citados pelo representante da ABES serem relevantes, houve um consenso entre os Municípios e os órgãos do Governo do Estado de não serem abordados, nesse momento de mudança de Governo, assuntos tão candentes, que deverão ser tratados em momento mais oportuno. A proposta, tanto da Secretaria Executiva do CBH-AT como dos Municípios, seria um levantamento de dados, que sirva de subsídio para que o CBH-AT possa iniciar o seu processo de funcionamento.

Seriam levantados todos os projetos existentes nos diversos órgãos governamentais da bacia do Alto Tietê, e feita a análise dos mesmos colocando em discussão no CBH-AT.

O Sr. Marcos Gorelik Ajzemberg, representante da ABES, aceita a argumentação e acha que a primeira discussão deve ser sobre a metodologia das câmaras técnicas, questionando a sua serventia. Afirma ainda, que a discussão sobre a metodologia do plano de trabalho deve ser feita, ou então é preferível adiar a instalação das câmaras técnicas para depois da instalação do Governo Mario Covas.

O Secretário Executivo do CBH-AT diz que, se fôssemos enumerar as câmaras técnicas necessárias, teríamos mais de uma dúzia. Portanto, está-se criando a primeira câmara técnica, ou seja, para formar uma espinha dorsal do que se pretende nesse CBH-AT. A formação dessa câmara técnica vai dar o arcabouço inicial desses trabalhos a serem desdobrados em outras câmaras técnicas, pois do contrário, teria-se que propor no mínimo doze câmaras técnicas.

O Sr. Renato Tagnin, representante do SBPC, a exemplo do que foi colocado pelo companheiro da ABES, diz que há a necessidade do aprofundamento de algumas questões, antes que sejam identificados os pontos nodais sobre os quais se tenham demandas específicas, para que se formem câmaras técnicas produtivas. Por um lado, concorda com as discussões metodológicas, ou seja, a discussão sobre até onde se quer chegar com as câmaras técnicas. Em segundo lugar, diz que concordou com a alteração da pauta, pelo fato de que, tendo em vista a importância do que seria

colocado pelos representantes da HIDROPLAN, se teria mais clareza para discutir a questão da câmara técnica. Coloca ainda que, somando essas duas questões com a transição do Governo, seria oportuno que se constituísse um sub-grupo para começar a levantar questões e delimitar a área de ação da câmara técnica em seus temas primordiais, para oferecer como rol de alternativas para uma decisão coordenada. Com relação às propostas dos municípios e do Estado, não tem o que discordar, já que contém elementos importantes, mas não concorda com a maneira que foram definidas essas questões.

O Presidente do CBH-AT, lembra que a existência das câmaras técnicas é prevista no estatuto, mas não prevê a existência de outras figuras para a formação de grupos de trabalho. Nesse sentido, embora tecnicamente possa ser discutida qual é a função da câmara técnica, por outro lado é o único instrumento que se tem para a formação de sub-grupos de trabalho.

O representante da ELETROPAULO, fala da necessidade de se tomar uma decisão quanto a formação das câmaras técnicas, sendo que, nesta primeira reunião, deve-se criar uma concepção de trabalho, e sugere que não se "saia formando câmaras técnicas de forma descoordenada". Apesar de considerar boa a proposta dos municípios, prefere a proposta do Secretário Executivo do CBH-AT sobre a criação de uma única câmara técnica, que pode trazer, de forma conjunta, a possibilidade de se ter um conhecimento maior e mais uniforme de todos os assuntos deste CBH-AT, sendo que, para o ano que vem, estudaria a formação de câmaras técnicas para assuntos mais específicos.

A Srª Neusa Maria de Assis, representante da SMA, comenta a proposta do Secretário Executivo do CBH-AT, dizendo que no Comitê do Alto Tietê existe uma série de problemas de não integração de planos, programas que não são desenvolvidos pelo Governo do Estado, e dos quais o CBH-AT, e mesmo o Estado, não tem conhecimento. Parece-lhe que a intenção ao organizar a câmara técnica, deveria ser a de se amealhar o conjunto de informações, compatibilizá-las com o próximo Governo, e ver o que vai ou não ter continuidade. Como exemplo, temos a SRHSO que possui programas, tais como o S.O.S. Billings, S.O.S. Mananciais, programas de despoluição da represa Guarapiranga, tem a MME-GESP, que opera o sistema do Alto Tietê. O que se deve fazer é verificar qual a relação que existe entre os planos e trazer para o CBH-AT todas essas informações, para que este decida o que deve ser analisado.

A representante da CETESB, afirma que a idéia de câmara técnica já se iniciou no âmbito da SMA na época em que se debatia os estatutos do CBH-AT, quando já se tinha pensado em fazer com que esta comissão fosse mista, chegando-se à conclusão de que seria mais oportuno esperar a instalação do CBH-AT. Coloca ainda que a grande preocupação reside naquilo que todos já colocaram, ou seja, o CBH-AT está sendo constituído e já existe uma série de planos, como o Projeto Guarapiranga, o plano da HIDROPLAN, entre outros, sendo que esta integração de informações deveria servir para dar melhores condições de trabalho ao CBH-AT, que já começa numa situação bastante delicada.

O Presidente do CBH-AT, faz um encaminhamento dizendo que, na realidade, a proposta da Secretaria Executiva do CBH-AT é bastante ampla, contemplando alguns aspectos da proposta dos municípios, já que, na verdade, há uma concordância geral de que se faz necessária a uniformização das informações, para se ter uma espécie de banco de dados das ações que estão sendo realizadas na bacia. Esta é a proposta tanto da Secretaria Executiva do CBH-AT quanto dos Municípios. No tocante à questão da legislação, esta é a preocupação maior dos Municípios que possuem legislação própria, que às vezes entra em discordância com a legislação estadual. Nesse sentido, seria importante compatibilizá-las, tendo conhecimento para que ações ou propostas futuras do CBH-AT tenham condições de ser melhor viabilizadas. Afirma que a última questão se refere à agência de bacias, que é uma questão mais complicada. Acredita que, como a "Comissão" proposta tem apenas dois meses de funcionamento, pode-se fazer uma proposta intermediária, que é a de acrescentar, no parágrafo único do artigo 1, os ítens a e b da proposta dos municípios e deixar, num

primeiro momento, a questão da agência de bacias para a próxima reunião, a ser realizada em fevereiro.

O Secretário Executivo do CBH-AT, diz que a "Comissão" não vai se extinguir nesses dois meses, mas sim fazer uma proposta de trabalho, onde pode ser até considerado mais conveniente que ela seja extinta e substituída por câmaras técnicas, ou não.

O Presidente do CBH-AT, menciona que isto seria uma deliberação do próprio plenário, e pergunta se alguém tem alguma coisa contra esse encaminhamento. Explica que no artigo 1 do parágrafo único, seria introduzida a idéia de que serão objetos principais do trabalho desta "Comissão",os aspectos: (a) "a gente transfere", e (b) "da proposta dos municípios"

O Secretário Executivo do CBH-AT, afirma que ele está dando ênfase a esses dois ítens, que na realidade estão contemplados na proposta que é bem abrangente. E que não se tem segurança de propor sem ter um estudo prévio, e, o que se pode propor, é que esse grupo realize dois meses de estudos. Os municípios pedem que o estudo dê ênfase a essas duas questões, ou seja, o levantamento da legislação e dos estudos de projetos que provavelmente serão contemplados.

O Presidente do CBH-AT lembra que a "Comissão" tem dois meses para elaborar o plano de trabalho, que obviamente vai ser submetido ao CBH-AT. Aprovado o plano, ela se extingue automaticamente e, se houver necessidade de rediscutir alguns aspectos desse trabalho, estes estudos terão continuidade, até que o trabalho tenha um desfecho final.

O Sr. Arildo Lopes de Carvalho, representante da Secretaria da Agricultura e Abastecimento, diz que, verificando o artigo 3 da proposta da Secretaria Executiva do CBH-AT, quer saber se seria possível incluir um representante do setor agrícola que não esteja participando da câmara técnica.

O Presidente do CBH-AT, faz um encaminhamento, pedindo, primeiramente, a aprovação da constituição da câmara técnica, para posteriormente discutir a composição da mesma.

O Sr. Marcos Gorelik Ajzemberg, representante da ABES, reafirma que não terá condições, em nome da ABES, de aprovar essa proposta, já que esta foi distribuída apenas hoje. Em segundo lugar, quer saber de que maneira o futuro Plano Diretor da bacia do Alto Tietê entra na discussão do "Planão". Volta a colocar para a mesa que caberia aqui discutir a metodologia de plano de trabalho e para que servem as câmaras técnicas.

A Srª Neusa Maria de Assis, representante da SMA, coloca que, quando se fala em Plano Diretor, quer se falar no Plano da bacia, que, evidentemente, não é o "Planão". "Planão" significa Plano de Gestão de Integração das Três bacias, que vai dar elementos, depois de aprovado pelo CBH-AT e pelo CRH, compor o Plano da bacia do Alto Tietê, do Piracicaba, da Baixada Santista, e de todos os outros. Esses Planos Diretores de bacia vem, de acordo com a lei, para o CORHI que compatibiliza todos com o PERH, e depois vai para a Assembléia Legislativa. Isto quer dizer que, com os elementos do "Planão" e mais os elementos que não fazem parte dele mas que o afetam, vai se formar o Plano Diretor da bacia do Alto Tietê, que, juntamente com todos os outros planos, vão compor o PERH, aprovado na Assembléia Legislativa.

O Presidente do CBH-AT coloca que essa proposta é para dar o "start" do trabalho do CBH-AT, e acha que isto é fundamental para que se tenha, pelo menos, um esboço do plano de trabalho já no início do ano, que possibilite traçar um esquema a médio e longo prazo.

O Secretário Executivo do CBH-AT, faz um encaminhamento, dizendo que entende a posição dos colegas e do representante da ABES, e acredita que o artigo 2 poderia ser simplificado, de tal forma que essa câmara técnica se extinguisse quando apresentasse sua proposta de trabalho. Nesta proposta de trabalho, ela poderia até colocar a necessidade de sua continuação, sendo então reapresentada. Afirma ainda que o mais importante de tudo não são as discussões, mas o trabalho a ser feito, e que, se a proposta de trabalho não é boa, deve-se propor outra melhor, para que, daqui a dois meses, seja possível se apresentar algum resultado palpável. Finaliza dizendo que é importante que desta reunião saia com alguma coisa resolvida, para que, na próxima reunião, possa se deliberar o ínicio dos trabalhos, pois do contrário, vai ficar no vazio, apenas com emoções, etc. O CBH-AT

continua, pois os assuntos são imensos e devem ser ordenados. Deve-se trabalhar em cima desses assuntos, e ele não vê outra maneira a não ser através das câmaras técnicas, baseadas no estudo inicial amplo e abrangente, já que, do contrário, sempre estará "pinçando" coisas, com outros elementos faltando. Propõe então que retire o ítem 2, colocando no seu lugar que "esta câmara técnica se extinguirá daqui a dois meses, quando propuser o plano de trabalho e, nesse plano de trabalho, poderá até ser reaberta esta proposta".

O Presidente do CBH-AT, conferindo a proposta, diz que o artigo 2 vai ser modificado, ficando da seguinte maneira:

" A câmara técnica se extinguirá no ato de aprovação do primeiro relatório de trabalho sobre a bacia, quando, por esse instrumento, se caracterizar a plena realização de seus objetivos. A sua continuidade será decidida pelo plenário."

Pergunta o Presidente do CBH-AT se todos concordam com essa redação. Não havendo nenhuma discordância, continua explicando que o artigo 2 seria modificado nesse ítem, introduzindo-se o parágrafo único do artigo 1 da proposta dos municípios.

Pergunta então se alguém tem alguma consideração a fazer, para realizar em seguida a votação.

Alguém (que não se identifica), pergunta sobre a composição da câmara técnica.

O Presidente do CBH-AT explica que, o que será votado, é a criação da câmara técnica,sendo sua composição definida posteriormente. Pergunta se alguém tem alguma opinião contraria a criação da câmara técnica da forma proposta. Não havendo ninguém contrário, passa a discutir a questão da composição, e que já existe uma colocação, do pessoal da Secretaria da Agricultura e Abastecimento, solicitando que ela seja incluída na representação do Estado, e que o representante da Sociedade Civil, Sr. Mario Cesar Mantovani, tem uma observação a fazer a respeito da participação da Sociedade Civil.

O Sr. Mario César Mantovani coloca que pretende esperar um pouco para fazer uma proposta conciliatória.

O Sr. José Luis Bonini, representante da Secretaria de Esportes e Turismo, pede a palavra, afirmando que já expôs anteriormente sua proposta, sendo esta de conhecimento geral. Fala então da importância da qualidade da água, que considera fundamental, devendo no entanto salientar a importância das áreas de proteção desses mananciais, a sua forma de utilização, das margens das represas e da bacia como um todo. Esta seria uma proposta em que a SET teria muito a contribuir, e portanto, também esta Secretaria pede assento nessa câmara técnica.

O Presidente do CBH-AT, questiona a inclusão SET na câmara técnica.

O Sr. José Luis Bonini responde que devem ser estudadas as formas de tratamento das margens e adjacentes, se bem que não necessariamente nesse momento, e que a SET deve entrar efetivamente neste grupo de trabalho.

O Presidente do CBH-AT, explica que, além da questão colocada pela SAA, existe a questão da representatividade colocada pelo Sr. Mantovani, na qual, pelo que ele entendeu, propõe que a Sociedade Civil retire dela mesma os seis representantes para a câmara técnica, e que isto não seja definido pela resolução. Complementa afirmando que isto precisa ser definido naquele dia.

Uma representante da CETESB, diz que na hora em que foi criada essa câmara técnica, trabalhou-se com grupos de "seis e seis", sendo que, para atender ao pedido das SAA e a SET, essa composição passa a ficar um pouco "violada", pois ela foi pensada com base em seis representantes para cada segmento. Sugere então uma proposta, de que a SMA, a CPLA e a CETESB se agrupem, abrindo assim um lugar, para manter a composição de seis representantes. Diz ainda que vai tomar a liberdade de sugerir que a SET se componha com a EMPLASA.

O Secretário Executivo do CBH-AT, diz que se procurou evitar com a formação desse grupo, foi justamente a formação de um novo CBH-AT, pois, se todas as pessoas que devem participar forem chamadas, volta-se à mesma discussão, com 16 participantes de todos os órgãos, o que faz com que não seja mais preciso se formar câmaras técnicas, já que se vai discutir com o

CBH-AT, diretamente. Pede então, que todos entendam que foi esta a intenção ao se limitar o número de participantes na câmara técnica, ou seja, a de evitar a formação de um novo CBH-AT.

O Presidente do CBH-AT, começa então a colocar as propostas de alteração que foram feitas. A primeira, seria de que a Sociedade Civil indicasse sua representação, e pergunta se existe alguém contra esta proposta. Não havendo discordância, solicita aos representantes da Sociedade Civil que permaneçam no local após a reunião para fazer a formalização dessa indicação. A segunda proposta é de que, para a inclusão da SAA, se faça um remanejamento da representação do Estado, de forma que a CETESB se englobe ao bloco CPLA / SMA, ficando esse bloco com um representante. No que se refere à EMPLASA, a proposta é de que esta se agrupe a SET, sendo escolhido apenas um representante para os dois órgãos. Pergunta se há alguém contra a proposta, e não havendo, a proposta é aprovada, e, deste modo, definida a montagem e constituição da câmara técnica. Posto isto, coloca a questão da pauta da próxima reunião. Diz que a idéia é de que a próxima reunião seja realizada em fevereiro, quando o futuro Governo do Estado já terá tomado posse. Propõe que os representantes do Consórcio HIDROPLAN sejam novamente convidados, para que apresentem a nova etapa dos trabalhos a serem realizados nesse período. Fala ainda sobre uma sugestão sobre a montagem da pauta, feita pelo Secretário Executivo do CBH-AT, que se refere ao encaminhamento de um representante do CBH-AT à FIPE, para acompanhamento da montagem do FEHIDRO.

O Presidente do CBH-AT, se compromete a tomar contato com o trabalho da FIPE. Sugere também que, na próxima reunião, os representantes da FIPE também sejam convidados, para que façam uma explanação geral sobre o andamento dos estudos sobre a cobrança do uso da água. Para isto, propõe que seja feita uma discussão geral, e que, depois da reunião, seja escolhido um representante oficial, para acompanhar esses estudos. O Presidente do CBH-AT se compromete a, nesse meio tempo, acompanhar esse trabalho.

O Sr.Mario César Mantovani, representante da Sociedade Civil diz que, aproveitando a presença do Engº Júlio Petenucci, da SRHSO, tem a informar que, como contribuição para o CBH-AT, na próxima reunião, a ser realizada na próxima semana, serão aprovados os relatórios da Comissão Especial de Saneamento Ambiental, com cinco aportes de grande importância, como a questão da represa Billings, da represa de Guarapiranga ou o PROJETO TIETÊ, que poderiam servir de base para que se tire, nesse CBH-AT, um documento, que pudesse vir a subsidiar esses trabalhos. Acrescenta que, se for o caso, pode-se, no dia dessa reunião, apresentar os planos da FIPE, o "Planão", e um resumo desses dois anos de atividades dessas Comissões sobre esses temas.

O Presidente do CBH-AT, afirma não ter nada contra, e pergunta se alguém tem algo mais a apresentar. Não havendo nenhum aparte, explica então que a pauta da próxima reunião será, basicamente, a apresentação do trabalho da câmara técnica que foi hoje constituída, a apresentação do "Planão", a exposição da FIPE sobre os estudos em andamento para a cobrança do uso da água, e talvez, a apresentação de um relatório sobre os sistemas alternativos aos quais o pessoal da HIDROPLAN fez menção, que envolvem a questão da ozonização e outros trabalhos. Pergunta então, se alguém tem alguma coisa a colocar, e, não havendo, declara encerrada a reunião, agradecendo a presença de todos e pedindo desculpas pelos excessos.